

Órgãos extintos podem elevar gastos

Fiscalização do uso de recursos federais fica comprometida

Mônica Izaguirre
de Brasília

A extinção de 11 das 23 delegacias regionais da Secretaria Federal de Controle (SFC), órgão que fiscaliza os gastos públicos federais nos Estados, poderá surtir efeito contrário ao desejado pelo governo, elevando "sensivelmente" as despesas, ao invés de reduzi-las. A advertência é do presidente da União Nacional de Analistas e Técnicos de Finanças e Controle (Unacon); José Alves de Sena.

A entidade pediu uma audiência com o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Homero Santos, de quem pretende obter apoio para tentar reverter a decisão do governo. A Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara também deverá ser acionada.

Os gastos podem aumentar por duas razões, complementa o vice-presidente da Unacon, Fernando

Antunes. Uma delas é que haverá maior "fragilidade" na fiscalização. Nos estados em que deixar de existir uma estrutura de controle, ficará mais difícil fiscalizar os recursos federais repassados para prefeitos e governadores, explica ele. Além disso, acrescenta Antunes, para manter um controle mínimo, a SFC terá de gastar mais com diárias e passagens, já que será necessário deslocar pessoal das delegacias remanescentes.

Para manter a fiscalização nas localidades que não terão mais delegacias, os gastos serão "muito superiores" à economia de R\$ 20 milhões anuais, valor estimado pela Unacon do que deixará de ser desembolsado por ano com a extinção das delegacias regionais e dos cargos nelas existentes. Sena afirma que "grupos do Ministério da Fazenda aproveitam o momento de austeridade para desmontar o sistema de fiscalização da despesa pública".

Fernando Antunes e Sena admitem que há gordura na estrutura do Ministério da Fazenda e, por isso, concordam que deve haver cortes. Segundo Antunes, existem, só no âmbito daquele ministério, 2.538 DAS (cargos de Direção e Assessoramento Superior), mais 3.201 funções gratificadas. Mas, ao mesmo tempo, ele acha que afetar justamente as estruturas de controle de gastos é incoerente com a proposta de ajuste fiscal. Afinal, "é justamente essa área que busca tapar os ralos do serviço público".

Ele acrescenta que o enxugamento feito pelo governo contraria uma das recomendações do relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou a corrupção no governo de Fernando Collor, em 1992. O relatório, lembra Antunes, recomendava que fossem reforçadas as estruturas de fiscalização dos gastos federais nos estados.